

Antigas narrativas, contemporânea crise: raízes e disputas das três correntes discursivas ambientalistas

Mariana Freitas Alvim¹

<https://orcid.org/0000-0002-0165-2962>

I - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
São Paulo (SP), Brasil.



PRATES, V.

Um mapa da ideologia no antropoceno.

Barueri: Estação das Letras e Cores,
2020. 186p.

Resumo: O robusto trabalho de análise discursiva demonstrado por Vinicius Prates no livro *Um mapa da ideologia no antropoceno* é apresentado nesta resenha, com ênfase na abordagem da Escola de Essex, acionada pelo autor, que categoriza e detalha três correntes discursivas do ambientalismo: o ecologismo profundo, o ecologismo reformista e o ecologismo radical. Prates recorre a grandes narrativas anteriores à crise ambiental para mostrar as raízes dessas correntes, analisando também seus modos de agir e falar na contemporaneidade — evidenciando que elas formam uma batalha discursiva ainda em aberto.

Palavras-chave: discurso; meio ambiente; ambientalismo; ecologismo; ideologia.

Abstract: Old narratives, contemporary crisis: the roots and battles of three discursive currents in the environmental field - The robust work of discursive analysis demonstrated by Vinicius Prates in the book *Um mapa da ideologia no antropoceno* is presented in this review, with an emphasis on the approach of the Essex School followed by the author, who categorizes and details three discursive currents of environmentalism: the deep ecology, the reformist ecology and the radical ecology. Prates goes back to great narratives prior to the environmental crisis in order to show the roots of these currents; and also analyses their ways of acting and speaking out in contemporaneity — showing that they make up a discursive battle that is still unsolved.

Keywords: discourse; environment; environmentalism; ecology; ideology.

As três correntes discursivas do ambientalismo, apresentadas por Vinicius Prates em *Um Mapa da Ideologia no Antropoceno*, têm raízes históricas, interpretações e propostas marcadamente distintas, mas guardam em comum o reconhecimento da enorme crise ambiental fustigada e enfrentada, hoje e pelas próximas décadas, pelos humanos. Sendo, então, esta crise tão inequívoca, grave e urgente, são mais do que bem-vindos — e necessários — estudos pioneiros e qualificados sobre o tema nas ciências humanas, como o apresentado por Prates no livro.

Cada uma recebendo um capítulo próprio de explanação, as três correntes trabalhadas por Prates remetem a uma divisão triádica proposta por outros autores, sobretudo Marc Guillaume, que fala em ecologismo profundo, reformista e radical. É preciso apontar, porém, que essa referência a outras obras poderia ter sido explicitada anteriormente e com mais frequência no livro. A conexão com o trabalho de outros autores ganha basicamente uma menção no final do primeiro capítulo, faltando uma apresentação mais completa das obras e das justificativas para a sua escolha.

Essa lacuna, porém, se torna menor conforme o apurado trabalho é apresentado. Ao relacionar as três correntes do ambientalismo com grandes narrativas, até anteriores à crise ambiental, e que ultrapassam o tema ecológico, o autor oferece uma leitura enriquecedora para acompanharmos não só as próximas décadas consequentes do Antropoceno (era geológica em que a influência humana no planeta é considerada), mas também para a compreensão de conceitos e teorias fundamentais nas ciências sociais, como o discurso mítico-religioso, os fundamentos ideológicos do liberalismo e a crítica a este modelo socioeconômico.

[...] o ecologismo profundo é um caso específico do discurso mítico-religioso, que busca dotar o 'meio ambiente' dos sentidos de sacralidade, agregando-lhe prioritariamente significantes como 'natureza intocada', 'pureza', 'beleza' etc., para aproximá-lo de sua rede de equivalências simbólicas; o ecologismo reformista busca conjumar numa relação harmoniosa os sentidos do meio ambiente em crise e os objetos de valor do liberal-capitalismo, como 'modernidade', 'competência', 'tecnologia' etc.; o ecologismo radical, por sua vez, se estabelece numa cadeia de significantes que busca transformar o meio ambiente num equivalente das tradicionais palavras de ordem da esquerda política, como 'revolução', 'justiça social', 'igualdade' etc. (PRATES, 2020, p.41)

Ao recorrer a palavras como *equivalências simbólicas*, *sentidos* e *significantes*, o autor explicita a abordagem teórico-epistemológica com que trabalha: a do discurso como campo de disputa, e disputa ideológica. No primeiro capítulo, Prates apresenta autores clássicos que são base para essa leitura, como Ferdinand de Saussure, Dominique Maingueneau, Louis Althusser, Mikhail Bakhtin, Michel Foucault, Michel Pêcheux e Volóchinov, para depois detalhar a Escola de Essex, sua principal referência teórica, e que tem como representantes Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Yannis Stavrakakis, David Howarth, Jacob Torfing, entre outros. Essa escola, segundo explanação de Prates, tem vários pontos em comum com a análise de discurso francesa, mas ressalta particularmente o pensamento político de Antonio Gramsci e o psicanalítico de Jacques Lacan.

Segundo Laclau (2013), o discurso é tudo aquilo que existe, uma vez que é formado um complexo relacional, não se restringindo, portanto, à fala ou à escrita. A linguagem é inerentemente constituída por diferenças, então a "totalização hegemônica" é justamente um "investimento radical", por associar significados diferentes em uma cadeia relacional, que é sempre incompleta (LACLAU, 2013, p.120). Acompanhando a psicanálise, este autor vai dizer que as identidades, os discursos e o social são sempre parciais, pois são constituídos "no ponto de encontro da diferença e da equivalência" (*ibidem*, p. 133). A hegemonização, inclusive na política, é orientada pela sutura dos antagonismos em direção à totalização, mas ela é sempre limitada pela negatividade inerente às relações. Assim, uma espécie de ciclo disputas-hegemonização vai se repetindo.

Uma vez que o ambientalismo não é um discurso acabado, correntes antagonistas estão buscando estabelecer suas cadeias de equivalência a partir

de um significante, ou ponto nodal, que articula os elementos do discurso: o meio ambiente. Apesar dessa disputa ainda estar em curso, as correntes recorrem aos discursos há muito tempo estabilizados: “[...] cada corrente do ecologismo se comporta como um caso específico e aplicado de uma dessas grandes narrativas [...]” (PRATES, 2020, p.42).

Após um primeiro capítulo em que o Antropoceno e as bases teórico-epistemológicas do trabalho são apresentados, o segundo capítulo se dedica à corrente do ecologismo profundo. Esta recorre às narrativas do sagrado, como a preponderância dos ciclos e a valorização dos anciões como detentores do saber. Há também um argumento estético nessa corrente: a natureza guarda uma beleza que pode ser explorada pelos humanos apenas em uma relação de admiração e estesia. Nada além disso. É seguro, e mesmo ético, manter a humanidade e a natureza separadas, o que explica a identificação do ecologismo profundo com a luta pela proteção de espaços intocados e da biodiversidade.

Embora esses ecologistas não necessariamente sigam uma tradição religiosa ou filosófica específica, a divisão entre natureza e cultura lembra aquilo que, segundo o filósofo italiano Giorgio Agamben, é o fundamento de toda religião: a separação. Prates relaciona também o ecologismo profundo ao Romantismo na Europa dos séculos XVIII e XIX, movimento filosófico e artístico que ganha uma generosa e embasada apresentação no capítulo 2. A reação dos românticos aos exageros intelectualistas do Iluminismo e da ciência é também conectada por Prates à contracultura, ao movimento hippie dos anos 1960-1970 e ao modelo de vida das ecovilas.

O capítulo 3 explora o ecologismo reformista, um discurso do próprio liberal-capitalismo sobre a crise ambiental nascida em seu cerne. E as soluções propostas também vêm daí: a corrente defende a compatibilidade entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico, em que a aparente contradição seria conciliada pela tecnologia.

O autor traz consigo, nesse capítulo, a bagagem de uma longa pesquisa que vem desempenhando sobre a produção midiática acerca da crise ambiental. A mídia é, inclusive, um dos principais representantes do discurso do ecologismo reformista, junto com organismos transnacionais como a ONU, acionistas e empresários, que vocalizam o compromisso com o “desenvolvimento sustentável”, um dos termos associados à corrente. Em um artigo baseado em sua tese, Prates (2017) lembra que o tema

ambiental está nas campanhas publicitárias — até mesmo de empresas petrolíferas, responsáveis por grandiosas emissões de poluentes —, em relatórios de sustentabilidade das empresas, na imprensa, entre outros. Não seria diferente com o jornalismo especializado em economia e negócios, que tem a peculiaridade de precisar lidar com a tensão entre o discurso do liberal-capitalismo, base de seu contrato de comunicação, e a publicação de conteúdo sobre a degradação ambiental provocada por esse sistema, imposta pelo noticiário.

A partir da análise da produção das revistas mais influentes desse segmento no Brasil — *Exame*, *Época Negócios* e *IstoÉ Dinheiro* —, o autor demonstra que parte do conteúdo apresenta a “onda” ecológica como nova possibilidade de ganho — de lucro, de novos mercados, de uma boa imagem para as empresas, entre outros. Mas outra parte importante da produção midiática aposta na conciliação do mercado com o meio ambiente, e a tecnologia tem papel fundamental nisso: “Os enunciados da imprensa corporativa mencionam obsessivamente a tecnologia como solução para a crise ambiental” (PRATES, 2020, p. 104). Ou seja, a ciência e a técnica denunciadas pelo ecologismo profundo por seus excessos, são escaladas como solução para a crise ambiental pelos reformistas.

Segundo explica Prates, o discurso reformista está mais próximo do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, do que o “capitalismo selvagem” representado pelo neoliberalismo. Assim, o autor do livro procura as bases dessa corrente do ambientalismo em fundadores do liberalismo como John Locke (1632-1704), ou mesmo em teóricos contemporâneos como John Rawls, que tentam entrelaçar os direitos à vida, à liberdade e à propriedade. Como jusnaturalista, Locke, assim como Jean-Jacques Rousseau e Thomas Hobbes, representou um esforço pioneiro em fundamentar o direito em causas puramente humanas — abandonando todo o determinismo religioso que estruturava a sociedade da época e os privilégios da nobreza. Os utilitaristas Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), por sua vez, delinearam uma ética normativa segundo a qual, nas palavras de Prates e em linhas gerais, “a melhor ação é a que acarreta a maior felicidade para o maior número de indivíduos [...]” (*ibidem*, p. 95). Portanto, em resumo, o homem exploraria uma racionalidade inerente que permitiria a fruição dos direitos ao bem-estar e à liberdade, um pilar ético que baseia hoje o enfrentamento à crise ambiental na perspectiva do ecologismo reformista.

A crítica ao capitalismo mais embasada teoricamente e orientada politicamente vem não do ecologismo profundo, mas do ecologismo radical, que tem

raízes no marxismo e é explorado por Vinicius Prates no capítulo 4. A natureza não é mais apartada do homem, e sim colocada como objeto e vítima desse sistema de produção, consumo e vivência. Falamos no *modo de vida* moldado pelo capitalismo, pois Prates dedica algumas páginas à chamada esquerda lacaniana, que estuda justamente a produção e a distribuição do gozo no capitalismo, mobilizadas pelo consumo. Ressalva-se que essa é a corrente cuja apresentação mais se confunde com a fundamentação teórica, que em alguns momentos deixa a dúvida se está servindo mais à construção de sua origem discursiva ou à própria justificativa de pesquisa do autor.

Para os ecologistas radicais, o representante material e simbólico do capitalismo, o dinheiro, divide aqueles que usufruirão da natureza e aqueles que sofrerão com sua degradação. Portanto, em defesa do meio ambiente e da própria humanidade, essa corrente quer uma mudança radical desse sistema — e, discursivamente, por ser um problema generalizado, o significante *crise ambiental* seria capaz de aglutinar outras demandas democráticas. Prates define o ecologismo radical como uma “espécie de galáxia à esquerda do espectro político, dispersa em elementos flutuantes desprendidos da antiga cadeia de significantes do marxismo clássico” (*ibidem*, p.124).

Dispersão e heterogeneidade de demandas são características do ecologismo radical, criticadas por teóricos como Bruno Latour e, em certa medida, pelo próprio autor de *Um Mapa da Ideologia no Antropoceno*. A fragmentação é, aliás, um problema da política na pós-modernidade, segundo Prates, em que movimentos e organizações diversas com alguns objetivos em comum, surgidos no final da década de 1970 — ambientalistas, ativistas pela diversidade de gênero, aqueles que lutam por melhorias a níveis locais etc. —, têm dificuldades de articulação: “[...] a ausência de um ponto nodal unificador no pós-moderno faz com que a micropolítica seja o nome de uma ‘política possível’, que abandonou qualquer pretensão de um discurso que represente a ‘sutura última’ da sociedade [...]” (*ibidem*, p. 125).

Na conclusão do livro, o autor reconhece que a categorização é sempre limitada e incapaz de abarcar todas as complexidades e nuances além do discurso — neste caso, o teórico. É inegável, porém, que a divisão triádica das correntes do ambientalismo é ricamente embasada e didaticamente exposta no livro, dando ao leitor um farto material para discussões contemporâneas acerca do meio ambiente e revisões bibliográficas igualmente enriquecedoras sobre as grandes narrativas da modernidade e teorias do discurso. Mencionado nas últimas duas páginas de *Um Mapa da Ideologia*

no Antropoceno, o negacionismo climático e sua recusa ao reconhecimento do papel humano nas mudanças climáticas deixam o convite para um fascinante trabalho sobre esse discurso, cujo estudo é urgente por sua projeção na política e por seu potencial destruidor.

Mariana Freitas Alvim é jornalista, doutoranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP e mestre em sociologia pela UFRJ.

alvim.mariana@gmail.com

Referências

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

PRATES, V. Da natureza deslocada à fantasia sustentável. In: PRADO, J. L. A.; PRATES, V. (orgs.). **Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

PRATES, V. **Um mapa da ideologia no antropoceno**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

Resenha recebida em 10/06/2021 e aprovada em 05/07/2021.